

Recebido em mar. 2011
Aprovado em mai. 2011

Kalagatos - REVISTA DE FILOSOFIA. FORTALEZA, CE, v. 8 n. 15, INVERNO 2011

MARX E A NOÇÃO DE BONAPARTISMO

JADIR ANTUNES *

RESUMO

Nosso artigo pretende analisar o fenômeno político chamado de *bonapartismo* exposto na obra *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte*, de Karl Marx. Pretendemos analisar a relação entre o bonapartismo e as principais classes da sociedade moderna – a proletária e a capitalista – e com a massa dos camponeses. Pretendemos ainda mostrar que o surgimento da ditadura bonapartista representa historicamente a decadência da política na modernidade.

PALAVRAS-CHAVE

Ditadura bonapartista. Filosofia política marxista. Teoria marxista da história.

* Doutor em FILOSOFIA pela UNICAMP e Professor do Programa de Mestrado em Filosofia da UNIOESTE-PR.

ABSTRACT

Our article intends to analyze the political phenomenon called bonapartism exposed in *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*, of Karl Marx. We intend to analyze the relationship between bonapartism and the main social classes of the modern society - the working class and the capitalist class – and, again, with peasant mass. We intend also to show that the appearance of bonapartist dictatorship represents the historic decadence of politic in the modernity.

KEYWORDS

Bonapartist dictatorship. Marxist political philosophy. Marxist theory of history.

INTRODUÇÃO

Nosso artigo pretende analisar o fenômeno político chamado de *bonapartismo* exposto na obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, de Marx.

Segundo a concepção filosófica burguesa-republicana, um Estado constituído legitimamente e adequado aos ideais da razão seria aquele fundado sobre os seguintes princípios: 1) que fosse produto do consentimento espontâneo dos cidadãos; 2) que os magistrados governassem a nação sempre submetidos à lei e nunca acima ou separado dela; 3) que houvesse alternância no poder e que todo cidadão pudesse não apenas ser governado mas, ainda, ser governante; 4) que os magistrados fossem escolhidos livremente entre a massa dos cidadãos; 5) que o poder acumulado pelos magistrados fosse investido na promoção do bem público e nunca na promoção de seus caprichos e interesses pessoais; 6) que a soberania da lei fosse propriedade dos cidadãos – independentemente da classe social a qual pertencesse – reunidos em assembleia e nunca do magistrado superior.

Diferente das democracias antigas, da grega especialmente, a democracia burguesa não se funda na participação direta do cidadão na gestão dos negócios públicos, mas, sim, na participação indireta e representativa. Mesmo assim, no esquema clássico burguês todas as magistraturas e cargos parlamentares, como nas repúblicas do mundo antigo, deveriam ter sua base no consentimento e na escolha, ainda que indireta, dos cidadãos. Aos parlamentares, eleitos

diretamente pelos cidadãos, caberia, então, a elaboração da lei e a fiscalização dos atos do primeiro homem da nação: o primeiro-ministro – escolhido entre eles, com mandato revogável e temporário. Aos magistrados da justiça caberia a aplicação imparcial da lei.

Neste esquema, todos os poderes pertenceriam, inclusive o poder militar, em última instância, à sociedade e às diferentes classes sociais representadas no parlamento por seus partidos e políticos profissionais. Porém, com a emergência do *bonapartismo* a partir da metade do século XIX, este esquema será definitivamente destruído para ceder lugar ao modelo militarizado de governo. Com a emergência do *bonapartismo*, a sociedade capitalista será entregue ao governo do *lumpem-proletariado*, do *campesinato*, da burocracia militar e dos diversos e sucessivos tiranos como Luís Bonaparte.

No esquema republicano de Estado, a burocracia estaria submetida ao poder e vontade da sociedade. A partir de Luís Bonaparte, porém, acima da vontade livre dos cidadãos e das forças vivas da sociedade civil se encontrará a vontade superior da burocracia estatal, cada vez mais ampla, permanente e profissionalizada. Com a burocracia a sociedade será definitivamente afastada do comando do Estado. Por isso, com Luís Bonaparte, acima de todos os poderes civis se erguerá o poder militar, separado e livre do controle dos cidadãos.

Assim, do ponto de vista de Marx, a história da democracia burguesa e das ilusões filosóficas da modernidade teria sido encerrada com o golpe militar de Luís Bonaparte sobre a república francesa em 2 de dezembro de 1851. Luís Bonaparte, inspirado na velha

tiranias dos *césares*, teria posto um fim definitivo aos ideais filosóficos de se fundar uma república democrática no interior de uma sociedade contraditória e dividida em classes. Segundo Marx, a própria lógica da luta de classes na França de 1848-50 teria posto um fim aos sonhos filosóficos e republicanos modernos. De acordo com ele, não haveria nada de propriamente novo e original no golpe de Bonaparte, pois a história política do capitalismo não passaria de uma mera repetição, de uma caricatura ou paródia, da história antiga e suas contradições.

O *bonapartismo* era para Marx a consequência lógica e necessária do fim da modernidade capitalista, do esgotamento de suas energias revolucionárias e da necessidade de salvá-la a qualquer preço de suas contradições insolúveis – das que existem entre o campo e a cidade –, mas principalmente, da revolução socialista. Esgotada historicamente, a modernidade burguesa irá buscar nas supostas glórias do passado europeu a sua inspiração reacionária.

O *bonapartismo*, como tentaremos mostrar, deve ser concebido, por isso, como uma vitória do campo sobre a cidade – o oposto direto da modernidade. Mas, mais importante que uma vitória do campo sobre a cidade, a vitória de Bonaparte representa, sobretudo, a passagem definitiva da modernidade burguesa para a decadência contemporânea, e a vitória da barbárie capitalista – com suas camadas sociais intermediárias e parasitárias – sobre as forças vivas do futuro: as forças do proletariado revolucionário.

Marx demonstrava esse argumento da decadência e regressão ao passado mostrando que

desde 1789 até 1848 a revolução na França seguira um curso progressista, onde cada classe posta no poder era logo em seguida derrubada por uma classe mais avançada. Seguindo esse curso, o domínio dos *constitucionalistas* foi seguido pelo dos *girondinos*, e o domínio destes pelo dos *jacobinos*. Assim, a revolução moderna francesa se desenvolvia até 1848 “*ao longo de uma linha ascensional*”¹. A partir de 1848, porém, o curso da revolução seguirá uma linha inversa.

O partido proletário, o mais avançado de todos, tornar-se-ia agora mero apêndice do partido pequeno-burguês democrático, sendo traído e abandonado por ele ao longo das lutas. O partido pequeno-burguês democrático, por sua vez, atuaria agora como mera extensão do partido republicano burguês, que logo que alcançava seu triunfo o abandonava e se apoiava sobre os ombros do partido da ordem. Este, por sua vez, desbancaria de seus ombros o partido republicano para em seguida se apoiar sobre os ombros das Forças Armadas, quando, então, ver-se-ia sacudido pelas baionetas de Bonaparte. Nesse movimento inverso “*cada partido ataca por trás aquele que procura empurrá-lo para a frente e apóia-se pela frente naquele que o empurra para trás*”², dizia Marx. A revolução permanente de 1789 convertia-se assim, em contra-revolução permanente, movendo-se desse modo em linha descendente e regressiva.³

¹ Karl Marx: *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988, p. 23.

² *O 18 Brumário...* pp. 23 e 24.

³ *O 18 Brumário...* p. 24.

1 AS RAÍZES DO GOLPE E AS CONTRADIÇÕES DA LUTA CONTRA O SOCIALISMO

Marx explicava em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* que de fevereiro de 1848 a dezembro de 1851, as principais classes da sociedade francesa haviam se posto em luta aberta pelo controle do Estado. Ao final do processo, tanto a burguesia quanto o proletariado urbano estavam derrotados e em seu lugar governava o estrato mais baixo da grande e ilustrada sociedade francesa: o *lumpem-proletariado* organizado na *Sociedade de Dez de Dezembro* de Luís Bonaparte.

Marx descrevia o golpe de Estado desferido por Bonaparte em dezembro de 1851 como o resultado necessário da incapacidade demonstrada tanto pela burguesia quanto pelo proletariado, para controlar o poder de Estado e governar a França a partir de seus próprios interesses de classe. Em meio ao vazio e à instabilidade de poder que se criaram durante o período de crise política, crise que se inicia em 1848 e se desenvolve até 1851, surgiram, por isso, as baionetas e as botas de Luís Bonaparte.

A *Sociedade de Dez de Dezembro* era segundo Marx, uma associação supostamente beneficente, surgida em 1849, dirigida por Luís Bonaparte e formada pela escória mais baixa da sociedade francesa. Participavam dela, segundo Marx, arruinados e aventureiros, rebentos da burguesia, vagabundos, soldados desligados do exército, presidiários libertos, forçados foragidos das galés, chantagistas, saltimbancos, trapaceiros, jogadores, donos de bordeis, trapeiros, mendigos e etc. Enfim, a sociedade

beneficente de Bonaparte era composta pela parte mais baixa da sociedade francesa. “*Sociedade beneficente no sentido de que todos os seus membros, como Bonaparte, sentiam necessidade de se beneficiar às custas da nação laboriosa*”⁴, dizia ironicamente Marx.

Para Marx, o golpe militar de Bonaparte teria posto definitivamente um fim nas pretensões da burguesia iluminista francesa em organizar a sociedade segundo os princípios da democracia representativa, dos partidos políticos e da república parlamentar. Bonaparte, por isso, não teria feito – ao vestir as máscaras e vestes romanas e ao tentar dar ao seu domínio uma face grandiosa e revolucionária – mais do que parodiar a história antiga e lançar a sociedade francesa no retrocesso do domínio puro e simples do sabre e da violência direta.

Como dizia Marx, com Bonaparte, um trapaceiro e aventureiro:

[...] todo um povo que pensava ter comunicado a si próprio um forte impulso para diante, por meio da revolução, se encontra de repente trasladado a uma época morta... surgem novamente as velhas datas, o velho calendário, os velhos nomes, os velhos éditos, que já se haviam tornado assunto de erudição de antiquário, e os velhos esbirros da lei que há muito pareciam desfeitos na poeira dos tempos.⁵

O golpe, contudo, não teria surgido do nada. Ele possuía raízes nas próprias contradições da sociedade francesa e, especialmente, de seu regime

⁴ O 18 Brumário... p. 44.

⁵ O 18 Brumário... p. 8.

político: a democracia republicana. Segundo Marx, a própria Constituição republicana teria aplainado o caminho e preparado a ascensão e golpe de Bonaparte.

A história do golpe é dividida por Marx em três períodos: o período de fevereiro de 1848, data da queda da monarquia de Luís Felipe por uma onda revolucionária e da instalação da *Assemblée Constituante*; o período da *Assemblée Nacional Constituente*; e o período da *Assemblée Nacional Legislativa*. O período de fevereiro foi o período das guerras de barricadas e da luta contra o passado monárquico. Seu resultado natural foi a instauração da *Assemblée Nacional Constituente*, eleita para reformar o sistema político do país e instaurar a república parlamentar. Como dizia Marx, à monarquia burguesa só poderia suceder a república burguesa. Esta, contudo, só poderia se consolidar plenamente com a derrota do proletariado revolucionário de Paris, derrota que de fato ocorre no mês de junho de 1848, na chamada *Insurreição de Junho*, uma tentativa frustrada por parte do proletariado de transformar a república parlamentar burguesa numa república socialista.

Com o proletariado derrotado, dizia Marx, a burguesia teria preparado o terreno para sua própria derrota para Bonaparte. Os republicanos tinham salvado a república do proletariado e do socialismo empunhando as palavras de ordem de defesa da propriedade, da família, da religião e da ordem. Com estas palavras os republicanos teriam, ainda segundo Marx, ensinado Bonaparte em como derrotá-los mais tarde defendendo a sociedade da anarquia do

parlamento. Foi assim, com as mesmas palavras de ordem levantadas para derrotar o proletariado, que Bonaparte teria destruído a república, instaurado sua ditadura e assassinado a sangue frio milhares de republicanos franceses. Com o proletariado derrotado em guerra pelos republicanos, foi fácil, então, para Bonaparte derrotar a burguesia republicana. Isolada, ela já não tinha mais onde buscar socorro. Ela mesma havia destruído seu aliado natural contra as pretensões *bonapartistas*.

2 As CONTRADIÇÕES DA REPÚBLICA CONSTITUCIONAL

Em sua luta contra o proletariado revolucionário, os republicanos franceses teriam, também, aplainado o terreno para a corja de Bonaparte ao tornarem nulas as conquistas práticas da revolução de fevereiro, especialmente a conquista das liberdades pessoais e da defesa do indivíduo diante da violência e arbítrio do Estado. Marx citava diversos exemplos de paradoxos da nova *Constituição Francesa* que permitiram a Bonaparte desmoralizar a república parlamentar e instaurar seu regime de terror e violência. Entre vários, cita a questão da liberdade individual e a do ensino. A liberdade absoluta do cidadão francês era afirmada para logo em seguida ser limitada e mesmo suprimida pela nova lei. Os cidadãos franceses gozam do direito de associação, de reunir-se pacificamente e desarmados, de formular petições e de expressar livremente suas opiniões. Contudo, dizia a mesma lei, o gozo desses direitos pode sofrer as restrições “*impostas pelos direitos iguais dos outros e pela segurança*”

pública”⁶. A mesma situação ocorria com o ensino. O ensino, dizia a nova lei, a princípio é livre, mas, “*a liberdade de ensino será exercida dentro das condições estabelecidas pela lei e sob o supremo controle do Estado*”⁷. A sociedade civil seria, a princípio, livre, dizia a nova *Constituição*, contudo, caberia ao Estado, em última instância, regular os movimentos dessa mesma sociedade. Desse modo, dizia Marx, “*cada parágrafo da Constituição encerra sua própria antítese... isto é, liberdade na frase geral, ab-rogação da liberdade na nota à margem*”.⁸

Uma nova antítese era encontrada na divisão de poderes entre a *Assembleia Legislativa* e o *Presidente*. Essa divisão permitiria a Bonaparte, que já governava a França como presidente eleito desde 1849, disputar periodicamente com o parlamento o direito supremo de dirigir o Estado e o conjunto da nação. A *Constituição*, desse modo, “*não só consagra a divisão de poderes... como a amplia a ponto de transformá-la em uma contradição insolúvel*”⁹, dizia Marx. De um lado está, dizia Marx, o poder legislativo, com seus setecentos e cinquenta representantes do povo, eleitos por sufrágio universal, que detém, entre outros, a onipotência do direito de elaborar a lei. De outro, está o poder de fato, com o presidente e seus ministros. O presidente detém, paradoxalmente, dizia Marx, no interior de uma república parlamentar burguesa, “*todos os atributos do poder real*”¹⁰, todos os recursos do poder

⁶ O 18 Brumário... p. 16.

⁷ O 18 Brumário... p. 16.

⁸ O 18 Brumário... pp. 16 e 17.

⁹ O 18 Brumário... p. 17.

¹⁰ O 18 Brumário... p. 17.

executivo e a autoridade absoluta para nomear e demitir ministros. O presidente, no interior de uma república parlamentar, tem atrás de si “*todo o poder das Forças Armadas*”¹¹. Enquanto a Assembleia Nacional, esvaziada de poder real e de fato, estava constantemente exposta às críticas da opinião pública, o presidente levava uma vida oculta e intocada em sua residência presidencial.

Desse modo, dizia ironicamente Marx, “*enquanto a Constituição [Constituição elaborada por uma assembleia de deputados parlamentares, J. A.] outorga poderes efetivos ao presidente, procura garantir para a Assembleia Nacional o poder moral*”¹². Assim, dizia Marx, “*ela mesma [a Constituição republicana J.A] provoca, portanto, a sua violenta destruição*”¹³. A fraqueza da Constituição republicana francesa se resumia, assim, no fato de ela não romper absolutamente com o passado monárquico do país e no fato de conservar instituições políticas inteiramente em desacordo com os princípios de uma verdadeira república parlamentar burguesa. Sua fraqueza foi a de conservar uma divisão de poderes que esvaziava completamente a assembleia parlamentar da posse do poder real transferindo esse poder para a presidência do país – um anacronismo do passado e herança tardia do consulado romano. Assim, dizia Marx, “*a França de hoje já estava contida, em sua forma completa, na república parlamentar. Faltava apenas um golpe de baioneta para que a bolha arrebentasse e o monstro saltasse diante dos nossos olhos*”.¹⁴

¹¹ O 18 Brumário... p. 18.

¹² O 18 Brumário... p. 18.

¹³ O 18 Brumário... p. 18.

¹⁴ O 18 Brumário... p. 72.

A burguesia republicana teria sido deposta do parlamento por Bonaparte por conta de seu próprio *cretinismo parlamentar*, dizia Marx, por conta de sua própria tagarelice vazia e de sua incapacidade para tomar verdadeiramente a direção do país e organizá-lo como uma nação burguesa no sentido pleno da palavra. Enredada em suas próprias contradições, amedrontada pela possibilidade da revolução proletária e do socialismo, e mais preocupada com seus negócios privados do que com os negócios públicos, a burguesia francesa aceitou a derrota da república e se curvou vergonhosamente ao domínio tirânico de Bonaparte.

Ansiosa por ordem e paz na sociedade, intranquila com as constantes brigas entre seus representantes parlamentares na assembleia e Bonaparte, “*a aristocracia financeira tornara-se bonapartista*”¹⁵, dizia Marx. Do mesmo modo agiria a burguesia industrial. Em seu fanatismo pela ordem, a burguesia industrial também se irritava com as disputas em que seu partido, o partido da ordem, se empenhava no parlamento com o poder executivo e o aventureiro e chefe do *lumpem-proletariado* francês. Ao aderir a Bonaparte, a burguesia industrial teria demonstrado, dizia Marx, “*que a luta para manter seus interesses públicos, seus próprios interesses de classe, seu poder político, só lhe trazia embaraço e desgostos, pois constituía uma perturbação dos seus negócios privados*”¹⁶. A classe burguesa em geral teria abdicado de seu próprio domínio e entregue o país à massa parasitária da sociedade para poder

¹⁵ O 18 Brumário... p. 62.

¹⁶ O 18 Brumário... p. 63.

“entregar-se então a seus negócios particulares com plena confiança, sob a proteção de um governo forte e absoluto”¹⁷. Bonaparte, dizia Marx, conhecia a mente e a vontade geral da burguesia pela alta constante da bolsa de valores. Segundo Marx, a cada vitória de Bonaparte sobre o parlamento, e da ordem sobre a anarquia republicana, sucedia uma valorização dos títulos públicos franceses e das ações capitalistas na bolsa.

Uma vez que a burguesia francesa se tornara *bonapartista* ainda antes do golpe, que ela abandonara seus parlamentares na assembleia, que ela virara as costas para o poder e a administração pública, que ela cuspiam ferozmente sua cólera contra seus ideólogos da imprensa acusando-os de anarquistas e inimigos da ordem, Bonaparte se lança, então, com toda força ao golpe e à destruição da república parlamentar. A burguesia nada faz para proteger seus representantes republicanos e o país, então, é entregue a uma corja de aventureiros e trapaceiros liderados por Bonaparte. Abandonados por sua classe, os parlamentares e ideólogos burgueses serão então caçados em suas casas pela *Guarda Nacional bonapartista*, assassinados, encarcerados e deportados para fora do país.

3 As CONTRADIÇÕES ENTRE A CIDADE E O CAMPO

Marx se perguntava em nome de quem Luís Bonaparte aplicou sobre o país o golpe de Estado que pôs fim à Segunda República? Em nome de que interesses a França ilustrada cedeu o poder de Estado para uma soldadesca ignorante que se deixava

¹⁷ O 18 Brumário... p. 64.

corromper com festas animadas por vinho e salsichões? Segundo Marx, foi assim que Bonaparte conquistou a simpatia dos soldados da *Guarda Nacional*: distribuindo bebida barata e salsichas nos quartéis!

Com Bonaparte teria subido ao poder, segundo Marx, uma série de camadas intermediárias da sociedade que não possuíam nenhuma relação com as forças produtivas da riqueza capitalista. Entre elas, podemos citar, em primeiro lugar, o camponês enriquecido e atrasado do interior do país. Em segundo lugar teria ascendido a massa apodrecida do proletariado, o *lumpem-proletariado*, composto pela camada da classe trabalhadora completamente afastada do processo de produção e que vive à custa da caridade pública, do crime e de todo tipo de atividade espúria. Junto deles teria ascendido a massa da burocracia estatal, especialmente a massa dos militares, os milhões de funcionários a serviço do Estado, sempre ávidos em acumular poder e benefícios privados. Por isso, com Bonaparte no poder e a destruição do parlamento como canal de comunicação da sociedade civil com o Estado, “*tudo se torna parte da instituição do suborno*”¹⁸. Com o domínio militar da sociedade, “*todo posto do exército ou na máquina do Estado converte-se em meio de suborno*”¹⁹. Ao lado dessas camadas estariam ainda os restos da Idade Média, os padres da igreja católica, agora responsáveis pela “educação pública” e pela formação intelectual da França fundadora da Filosofia Moderna e do Esclarecimento.

¹⁸ O 18 Brumário... p. 81.

¹⁹ O 18 Brumário... p. 81.

Se não fora posto no poder nem pelo proletariado revolucionário e nem pela burguesia republicana, que classe da sociedade francesa Luís Bonaparte pretenderia, dali em diante, representar no Estado? De acordo com tese clássica de Marx e Engels exposta em *O Manifesto Comunista*, de 1848, todos os fenômenos políticos expressam sempre, mesmo que mediados por muitas formas e interferências externas, determinadas correlações de forças entre as diferentes classes da sociedade em luta pela defesa de seus interesses econômicos. De acordo com essa tese, todos os partidos e agrupamentos políticos com certa representatividade e programa definido representam sempre, em última instância, certos interesses de classes. Os partidos e agrupamentos políticos, assim como os governos que estes dirigem, de acordo com essa tese, não pairam no ar, acima das classes. O governo de Bonaparte, contudo, por ser um governo composto por quadros militares oriundos do próprio aparelho de Estado, por ser avesso à democracia representativa e às diversas formações partidárias, por não possuir uma relação direta com as diferentes classes da sociedade francesa, por aparecer representando “o povo”, parecia negar essa tese.

Marx respondia esta questão, aparentemente contraditória, demonstrando que o golpe de Luís Bonaparte e seu governo ditatorial, apesar de aparentar flutuar acima de todos os interesses de classe da sociedade francesa, na verdade possuía raízes na estrutura econômica e social do país. Segundo Marx, Bonaparte não flutuava no ar. Ele representava a massa

dos camponeses ricos surgida com as leis de terras de Napoleão Bonaparte, mas que agora se encontrava em rápido processo de empobrecimento e que, ainda na metade do século XIX, compunha a maioria da nação francesa. Bonaparte e a *Sociedade de Dez de Dezembro* representavam, dizia Marx, “a *dinastia dos camponeses, ou seja, da massa do povo francês*”.²⁰

Que relação, contudo, poderia ter Bonaparte e a *Sociedade de Dez de Dezembro* com a massa dos camponeses? Como poderia uma massa inteira de produtores, a maioria da nação francesa, que possuía na época em torno de 25 milhões de habitantes, se deixar dirigir politicamente pela camada mais baixa e deteriorada da população representada por Bonaparte, o príncipe do *lumpem-proletariado*, como lhe chamava Marx?

Marx respondia dizendo que esta contradição deveria ser encontrada analisando-se a natureza dúbia do *campesinato*. O camponês, por sua própria natureza, dizia Marx, é incapaz de se auto-representar politicamente. Como massa atrasada, o *campesinato* necessita sempre ser representado por forças políticas exteriores ao seu meio. Sua dispersão pelo interior do território, seu isolamento econômico e sua vida puramente individual o incapacitavam para transformar-se numa força histórica capaz de representar-se a si mesmo na luta política com um partido e programa próprios e independentes das outras classes. Os camponeses, devido ao caráter de seu modo de produção, trabalham num sistema familiar

²⁰ O 18 Brumário... p. 74.

e individual, onde cada lote de terra é cultivado de modo isolado e separado do cultivo de outros lotes por outros produtores independentes. “*Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo*”²¹. O caráter isolado e autônomo do trabalho camponês e o vínculo direto entre trabalho e Natureza, mais do que ligarem as diversas famílias camponesas entre si num único e grande sistema cooperativo de produção, as isolam e as separam politicamente umas das outras. Como afirmava Marx, “*seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais*”.²²

A incapacidade natural do *campesinato* para superar politicamente suas divisões internas e seus interesses particulares e a necessidade de ser representado por um partido formado fora dele é expressão, por isso, do isolamento vivido nas relações econômicas. Deste modo, segundo Marx, os camponeses formam uma classe apenas num sentido negativo do termo, ou seja, os camponeses formam uma classe apenas por se diferenciarem e se oporem às classes sociais do proletariado e da burguesia. “Na

²¹ O 18 Brumário... pp. 74 e 75.

²² O 18 Brumário... p. 75.

medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras [como famílias quase auto-suficientes J. A.], e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe"²³. Conforme palavras muito claras de Marx, os camponeses formam uma classe social apenas no sentido de *classe-por-oposição*, ou *classe-por-distinção*. Ou seja, eles formam uma classe social apenas porque não cabem nas categorias de proletariado e burguesia e porque se opõem e se distinguem radicalmente delas, vivendo como uma massa heterogênea e dispersa e à margem da sociedade capitalista.

A massa dos camponeses, por isso, segundo Marx, forma uma classe social apenas num sentido muito fraco e genérico, porque, por suas características e heterogeneidade, não cabe nem na classe do proletariado, nem na classe da burguesia, e nem mesmo entre a classe dos grandes proprietários de terras. Os camponeses formam uma classe social, desse modo, apenas no sentido de que pertencem a uma massa de homens com um modo de vida e cultura distintos da massa de operários, capitalistas e proprietários fundiários.

Por um lado, os camponeses se aproximam da classe operária na medida em que constituem parte da massa de produtores diretos da sociedade e vivem sob o domínio do capital. Porém, se distanciam dela na medida em que são proprietários da terra e dos instrumentos de trabalho e não vivem da venda da

²³ O 18 Brumário... p. 75.

força de trabalho. Por outro lado, os camponeses se aproximam da classe capitalista na medida em que são proprietários e produtores de mercadorias. Porém, se afastam dela na exata medida em que se aproximam da classe trabalhadora. Por isso, os camponeses formam muito mais uma massa intermediária da sociedade, e não propriamente uma classe social com capacidade para se organizar coletiva e autonomamente frente aos interesses das classes burguesa e proletária. Por esse caráter intermediário, os camponeses são incapazes de se organizarem politicamente como classe e aparecerem diante da sociedade como seus verdadeiros representantes. Assim, dizia Marx, *“na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe”*.²⁴

Entre os pequenos proprietários impera uma miríade de relações com a terra que vão desde a propriedade plena até a ausência completa de propriedade – como no caso dos sistemas de arrendamento. Entre os camponeses existem desde pequenos proprietários que trabalham exclusivamente com força de trabalho familiar até médios e grandes proprietários que empregam trabalho assalariado – seja regular ou sazonalmente. Muitos camponeses empobrecidos ainda dividem sua vida em trabalho na própria propriedade e trabalho sazonal assalariado para os médios e grandes proprietários da região.

²⁴ O 18 Brumário... p. 75.

Assim, entre os camponeses impera muito mais a dispersão, o isolamento, a heterogeneidade e a fragmentação. Marx os comparava a uma grande massa da sociedade formada pela mera adição de grandezas homólogas, “da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas”²⁵. Os camponeses, por estarem isolados e dispersos pelo interior do país, estão fora da política. Como para os gregos, Marx entendia que a política é uma atividade de homens já reunidos pela cidade e não uma atividade isolada e dispersa como a do homem do campo. Por isso, os camponeses formam uma massa social que precisa ser dirigida pela cidade e suas classes sociais. Os camponeses em geral, por este motivo, “são incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome”²⁶. Os camponeses em geral, deste modo, “não podem representar-se, têm que ser representados”.²⁷

É por isso que, na concepção de Marx, o *campesinato* foi representado na França de Luís Bonaparte por um estrato social que em nada se assemelhava ao seu modo de vida e de trabalho. O que havia de irônico na história política dos camponeses franceses da metade do século XIX era o fato de terem sido representados pelos amigos de Luís Bonaparte: o *lumpem-proletariado* e os soldados beberrões e comedores de salsicha da *Guarda Nacional*.

Por estar incapacitado ontologicamente de se converter de classe em si em classe para si mesmo, o

²⁵ O 18 Brumário... p. 75.

²⁶ O 18 Brumário... p. 75.

²⁷ O 18 Brumário... p. 75.

campesinato será, necessariamente, uma massa representada que, por isso, delegará às classes da cidade o papel de dirigi-la. Os representantes políticos do camponês serão, por isso, segundo Marx, representantes surgidos de fora, da cidade, e com um vínculo meramente exterior com ele. Seus representantes devem, por isso, “*aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva*”.²⁸

O camponês representado por Luís Bonaparte no governo do Estado francês, contudo, não era mais o camponês revolucionário da época da revolução, mas, sim, o camponês conservador dono de um pequeno lote de terra recebido do Imperador Napoleão. Este camponês-proprietário, mais do que mudar o estado de coisas exigido pelas novas condições históricas do capitalismo, pretendia apenas conservá-lo em seu benefício. A França das luzes, da filosofia e da grande revolução de 1789 foi, assim, através do golpe de Bonaparte, lançada ironicamente nas mãos da massa economicamente mais atrasada do país, nas mãos do camponês em processo de empobrecimento que pretendia somente deter o desenvolvimento capitalista a seu favor. Por isso, dizia Marx, “*Bonaparte representa não o esclarecimento, mas a superstição do camponês; não o seu bom senso, mas o seu preconceito; não o seu futuro, mas o seu passado*”.²⁹

Segundo Marx, o *campesinato*, como camada intermediária da nação, se divide entre *campesinato*

²⁸ O 18 Brumário... p. 75.

²⁹ O 18 Brumário... p. 76.

rico e *campesinato* pobre. A camada rica, por sua situação mais confortável no interior da sociedade, tende a encontrar nos partidos burgueses, ou em camadas da burocracia do Estado, como a militar, seus representantes e dirigentes naturais na luta contra o processo de empobrecimento capitalista. A camada empobrecida tenderia, por sua vez, a delegar ao partido do proletariado a direção de suas lutas e interesses econômicos. Por isso, segundo Marx, o camponês francês rico, mas em processo de empobrecimento, pensara ter encontrado em Bonaparte seu senhor e dirigente enviado dos céus para lhe salvar. Os camponeses pobres e dispostos a mudar o estado de coisas em favor da maioria da nação, os camponeses de bom senso, por sua vez, “*encontram seu aliado e dirigente natural no proletariado urbano, cuja tarefa é derrubar o regime burguês*”.³⁰

Teria Luís Bonaparte, porém, por representar o camponês decadente, realmente governado em nome dos interesses do campo? Teria ele instituído uma república democrática camponesa na França e resolvido o problema da histórica decadência da pequena propriedade? Marx afirmava categoricamente que não! Apesar de representar os camponeses ricos em processo de empobrecimento, Bonaparte não governou para eles. Segundo Marx, não havia na França, nem poderia haver em qualquer outra parte do mundo, a possibilidade de se construir regimes de governos híbridos ou intermediários entre os governos da burguesia e da classe operária. Os camponeses,

³⁰ O 18 Brumário... p. 78.

como camada atrasada e intermediária, e os partidos e organizações que lhes representam, só podem subordinar-se à classe capitalista ou ao proletariado. Bonaparte, por isso, apesar de apoiar-se nos camponeses e ser seu senhor e representante acabava governando para a grande burguesia.

Segundo Marx, a burguesia francesa – a alta aristocracia financeira, os industriais e os comerciantes – como já dissemos, cansara-se da longa e monótona disputa entre seus partidos e Bonaparte na virada da primeira para a segunda metade do século XIX. Desejosa de ordem para poder enriquecer, a burguesia rapidamente rompeu com seus principais partidos instalados no Parlamento e aliou-se à Bonaparte em sua luta contra o proletariado. A burguesia francesa, assim, segundo Marx, ao apoiar a ditadura de Bonaparte e o fim da República, trocara seus interesses políticos e gerais de classe pelos mais sórdidos e mesquinhos interesses particulares. Bonaparte, apesar da retórica anticapitalista e de combater os partidos burgueses no Parlamento, apesar de prometer salvar os camponeses da falência e governar para toda a França, acabou sendo, no fundo, um governo burguês e contra-revolucionário.

O governo ditatorial e violento de Bonaparte teria, então, sido uma “*reação dos camponeses... uma reação do campo contra a cidade*”³¹, que teria encontrado um grande apoio entre os mais diversos segmentos da sociedade. Em primeiro lugar, teria encontrado apoio no exército e nas glórias que ele alcançaria ao tomar o poder. Em segundo lugar, teria

³¹ O 18 Brumário... p. 20.

encontrado apoio entre a alta burguesia, a financeira e industrial especialmente, que saudou Bonaparte como o verdadeiro defensor da ordem e do país contra o proletariado e o socialismo. Em terceiro lugar, teria encontrado apoio entre a massa do *lumpem-proletariado*, que via em Bonaparte a salvação de sua miséria e flagelo social.

O *bonapartismo* se explicaria, então, segundo a teoria política de Marx, por uma combinação de interesses das mais diversas camadas intermediárias da sociedade – excetuando-se obviamente a grande burguesia, que se encontra no ápice da divisão social – que não alimentam nenhum interesse em desenvolver as forças produtivas e espirituais do país, mas, ao contrário, alimentam exclusivamente – exceto os próprios camponeses, que lutam apenas por sua auto-conservação – o interesse em saqueá-lo a seu favor. De modo geral, o *bonapartismo* é uma forma de governo absolutamente inimiga do socialismo e do liberalismo republicano.

O regime *bonapartista* se explica, por isso, pela existência de um vazio de poder na sociedade, pela incapacidade, por um lado, da burguesia afirmar seu próprio regime de poder – o parlamentar e republicano – e, por outro lado, pela incapacidade da classe operária impor o seu próprio regime – a ditadura revolucionária. Em meio a esse vazio, surge, assim, o tirano Bonaparte – a paródia moderna do *cesarismo* – e sua massa de camponeses, soldados e esfomeados pondo fim ao republicanismo e inaugurando uma nova era na vida civil moderna: a era do imperialismo e do predomínio do poder militar, da corrupção das instituições políticas modernas e do domínio das tiranias decadentes.

CONCLUSÃO

Conforme procuramos demonstrar acima, na concepção de Marx o *bonapartismo*, como regime de governo, marca o início da decadência política do mundo moderno, porque em lugar do consentimento espontâneo dos cidadãos são postos a corrupção, o medo e a coação violenta; em lugar da magistratura submetida à lei surge o tirano governando acima dela; em lugar da alternância do poder vem a perpetuação do tirano e seus pares; em lugar de magistrados escolhidos livremente entre a massa dos cidadãos surge o tirano imposto pela força e a violência; em lugar da promoção do bem público e das forças produtivas e espirituais da sociedade surge o governo interessado mera e puramente no saque do Estado e da sociedade.

Em lugar dos representantes dos cidadãos reunidos em assembleia surge o tirano e seus partidários como detentores absolutos da soberania; em lugar de uma república de iguais surge o domínio do grande capital e dos monopólios sobre o conjunto da sociedade; em lugar de representantes parlamentares diretamente eleitos pela sociedade para representar seus diferentes interesses diante da esfera pública surgem os lobistas contratados a peso de ouro pelo monopólio das finanças e da grande indústria, além da corrupção da alta magistratura; em lugar do aparato profissional dos partidos políticos surgem os aparatos militares e violentos – legais ou ilegais – dos aventureiros e mercenários profissionais sustentados pelos cofres do Estado.

Em lugar das classes sociais e da luta e debate político acerca de seus projetos e interesses surgem a

burocracia estatal – e não só, mas ainda a burocracia sindical – o *lumpem-proletariado* e o *campesinato* – e ainda os chamados movimentos sociais – como atores políticos de primeira grandeza; em lugar da consulta ao parlamento e às assembleias nas questões mais importantes para a nação surgem os plebiscitos e a “democracia” da consulta popular direta; em lugar de leis elaboradas pelo parlamento surgem as “leis” editadas diretamente pela vontade do tirano; em vez da segurança e da liberdade individual surgem o terror estatal, o medo e a paralisia da sociedade civil.

Todos os novos agentes políticos postos pelo *bonapartismo* – como a burocracia estatal, o *lumpem-proletariado*, os camponeses, os movimentos sociais e populares, e “o povo” – aparecem, na verdade, como formas de bloquear a roda da história fundada na luta entre as classes diretamente vinculadas à produção da riqueza. Nenhum destes novos agentes possui capacidade para representar os interesses gerais da sociedade e fundar uma nova forma de produção superior à forma capitalista e, muito menos, à forma socialista. Nenhum destes agentes está ligado diretamente à produção material da riqueza capitalista – a maior parte está na verdade interessada apenas em sua destruição pelo consumo. A burocracia estatal está interessada apenas na expansão do Estado e no aumento da arrecadação de riquezas pelo tesouro nacional. O *lumpem-proletariado* é resultado da decomposição da classe trabalhadora pela brutalidade da acumulação capitalista e sobrevive somente à custa do Estado.

Os camponeses formam uma massa de homens dispersos e fragmentados que é resultado da decomposição de diversas formas pré-capitalistas de produção – e como já mostramos, são incapazes de apresentarem-se à sociedade como uma classe organizada em si e para si mesma. Além disso, os camponeses mais ricos só estão interessados em conseguir crédito estatal barato, perdão de dívidas impagáveis, seguro contra acidentes climáticos para seus negócios e preços convenientes para seus produtos garantidos pela força do Estado contra as forças do mercado. Os chamados movimentos sociais – uma mistura gelatinosa de todas estas camadas sociais intermediárias e decadentes – são, por isso, absolutamente incapazes de apresentarem-se à sociedade como sua direção política e intelectual. A única classe capaz de representar o futuro de modo original e verdadeiro, por isso, segundo Marx, seria o proletariado industrial organizado em torno de um partido e programa comuns.

O *bonapartismo* se funda, em última instância, portanto, como mostrou Marx, na crise de direção do proletariado e na sua incapacidade para se constituir como classe verdadeiramente revolucionária. O *bonapartismo* não é, por isso, um regime oposto em suas raízes ao regime burguês. Ele se opõe apenas formalmente ao nível da superestrutura jurídica e política. Ele se opõe apenas à forma republicana de governo mas não aos fundamentos econômicos do capitalismo. Diante da crise das instituições políticas clássicas da burguesia, o *bonapartismo* converte-se, deste modo, na única tábua de salvação do regime capitalista em sua fase de agonia. Diante de Estados e

Parlamentos cada vez mais corrompidos e decadentes, o *bonapartismo* surge como o único regime político capaz de garantir certa ordem política ao capitalismo em crise e próximo de sua bancarrota definitiva.

Não existem, por isso, *bonapartismos* de esquerda ou de direita. Todo regime *bonapartista* é um regime anti-socialista e anti-operário em suas raízes. Não existem *bonapartismos* progressistas – que mereçam certo apoio do movimento operário, mesmo que um apoio crítico –, em oposição aos reacionários e de extrema-direita. O *bonapartismo* não representa o futuro socialista e os interesses históricos do proletariado, mas, sim, os interesses parasitários e conservadores de uma série de camadas intermediárias e decadentes da sociedade capitalista que não possuem nenhum interesse em revolucioná-la. De acordo com Marx, apenas a massa dos camponeses *pequeno-proprietários* poderia alimentar sonhos revolucionários como os sonhos do proletariado. Mas, como já mostramos, essa massa só poderá ser revolucionária caso existir uma direção proletária revolucionária que a dirija. Caso contrário, essa massa servirá de base ao *bonapartismo* e à contra-revolução permanente fundada a partir da crise da modernidade.

Não cabe, por isso, ao movimento revolucionário dos trabalhadores prestar qualquer apoio aos regimes de governo *bonapartistas* – tanto quanto aos republicanos, cada vez mais raros – mas, cabe sim, de acordo com as concepções de Marx, criar e desenvolver seu próprio partido e seu próprio programa contra o programa e os partidos da burguesia: o programa da ditadura revolucionária. Contra o avanço do

bonapartismo só uma questão poderia interessar ao movimento revolucionário dos trabalhadores: a construção de seu próprio partido, de seu próprio programa e de seu próprio governo.

Por isso, como dizia poeticamente Marx criticando a nostalgia retrógrada do passado saudada como moderna e original por Luís Bonaparte e seus apoiadores:

A revolução social do século XIX não pode tirar sua poesia do passado, e sim do futuro. Não pode iniciar sua tarefa enquanto não se despojar de toda veneração supersticiosa do passado. As revoluções anteriores tiveram que lançar mãos de recordações da história antiga para se iludirem quanto ao próprio conteúdo. A fim de alcançar seu próprio conteúdo, a revolução do século XIX deve deixar que os mortos enterrem seus mortos.³²

Por essas lições, pensamos que *O 18 Brumário* deve ser considerado, ao lado de *O Capital*, uma das maiores contribuições de Marx para o entendimento da crise da sociedade burguesa e da revolução socialista, e nenhuma organização revolucionária séria poderia desprezar ou minimizar seus ensinamentos, cada dia mais evidentes e sombrios.



³² *O 18 Brumário...* p. 09.